



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Transportes  
Departamento de Transportes Rodoviários

**CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO QUE ENTRE SI  
CELEBRAM O DEPARTAMENTO DE  
TRANSPORTES RODOVIÁRIOS E O  
MUNICÍPIO DE ITABORAÍ, COM  
INTERVENIÊNCIA DO ESTADO DO RIO DE  
JANEIRO, POR INTERMÉDIO DA  
SECRETARIA DE ESTADO DE  
TRANSPORTES, PARA OS FINS QUE  
ESPECIFICA:**

O **DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS**, doravante designado "**DETRO**"; representado por seu Presidente, Sr. Carlos Luiz Martins Pereira e Souza, e o **MUNICÍPIO DE ITABORAÍ**, doravante designado "**MUNICÍPIO**", representado por seu Prefeito Helil Barreto Cardozo, com interveniência do ESTADO DO RIO DE JANEIRO, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES**, doravante designada "**SETRANS**", representada por seu Secretário, Sr. Carlos Roberto de Figueiredo Osorio, firmam o presente **Convênio de Cooperação**, conforme o Processo Administrativo **E-10/005/xxx/2015** e de acordo com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), a Lei Estadual nº 287, de 04 de dezembro de 1979, o Regulamento do Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros do Estado do Rio de Janeiro, as Resoluções do CONTRAN e as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente Convênio tem por objeto a união dos meios materiais e humanos dos **CONVENIENTES**, com o fito de disciplinar a execução das ações de fiscalização e repressão, visando coibir a operação do transporte rodoviário de passageiros sem a respectiva concessão, permissão ou autorização para o seu funcionamento, através da aplicação de penalidades de trânsito e transporte, nos termos do Artigo 24, do CTB e o Regulamento do Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros do Estado do Rio de Janeiro, e apoio preventivo e repressivo da aludida operação irregular, tudo na forma do Plano de Trabalho anexo, rubricado pelas partes e integrante deste instrumento, como se aqui transcrito estivesse.

**Parágrafo único.** Para tal fim, o DETRO, de um lado, e o MUNICÍPIO, de outro, exercerão suas competências específicas quando da imposição das multas





Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Transportes  
Departamento de Transportes Rodoviários

previstas nas respectivas Leis e Regulamentos para o transporte rodoviário de passageiros.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DA INEXISTÊNCIA DE REPASSE FINANCEIRO OU CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA**

Inexistirá repasse financeiro entre os convenientes ou qualquer sorte de contraprestação pecuniária. As diligências de fiscalização e repressão decorrentes do presente Convênio serão desenvolvidas de acordo com atividades fins dos convenientes, em seu âmbito de competência, uma vez que ambos possuem infraestrutura mínima para tal execução com a garantia de qualidade e segurança para o transporte rodoviário de passageiros.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E DENÚNCIA.**

O presente **Convênio** vigorará pelo prazo de 04 (quatro) anos, contados da data de sua publicação, em extrato, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, podendo ser prorrogado mediante Termos Aditivos.

O **Convênio** poderá ser denunciado mediante comunicação formal, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, respeitando-se os efeitos das ações já realizadas e em curso promovendo-se os ajustes eventualmente necessários.

O presente Termo de Cooperação poderá ser rescindido:

- a) por consenso das partes, desde que presentes razões e motivos de superior interesse público e conveniência administrativa;
- b) por superveniência da lei, fatos e ou atos que torne inviável a sua execução;
- c) por descumprimento de cláusulas e condições contratuais

#### **CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

Os partícipes de obrigam-se a cumprir fielmente o **Plano de Trabalho**, que passa a integrar este Convênio independente transcrição, admitindo-se reformulações acordadas entre as partes, mediante Termo Aditivo, observadas as normas e instrumentos legais e regulamentos vigentes, e que não venham a alterar o objeto do presente instrumento.





Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Transportes  
Departamento de Transportes Rodoviários

## CLÁUSULA QUINTA – DAS ATRIBUIÇÕES DO DETRO E DO MUNICÍPIO

### I – Compete ao **DETRO**:

- a) Participar em conjunto ou isoladamente com o MUNICÍPIO, de diligências promovidas, objetivando a fiscalização e a repressão do transporte rodoviário de passageiros irregular na malha viária municipal;
- b) Aplicar, no curso dessas diligências, as sanções previstas na legislação vigente decorrentes da competência inerente;
- c) Atender as solicitações logísticas feitas pelo MUNICÍPIO, mediante disponibilidade operacional do DETRO, dos recursos humanos para as operações de fiscalização e recursos materiais para a lavratura dos Autos de Infração - AI, remoção e guarda dos veículos apreendidos e leilão dos veículos acautelados e não resgatados no prazo legal;
- d) Participar e divulgar ao partícipe, no âmbito do MUNICÍPIO, do levantamento e identificação de ações ilegais de transporte rodoviário de passageiros;
- e) Garantir a segurança de seus agentes e dos usuários do transporte rodoviário de passageiros durante as diligências de fiscalização e repressão.

### II – Compete ao **MUNICÍPIO**:

- a) Participar em conjunto com o DETRO, de diligências promovidas, objetivando a fiscalização do transporte rodoviário de passageiros intermunicipal na malha viária municipal;
- b) Aplicar, no curso dessas diligências, as sanções previstas na legislação vigente decorrentes das competências inerentes;
- c) Atender as solicitações logísticas feitas pelo DETRO, mediante disponibilidade operacional do MUNICÍPIO, dos recursos humanos para as operações de fiscalização e recursos materiais para a lavratura dos Autos de Infração - AI, remoção e guarda dos veículos apreendidos e leilão dos veículos acautelados e não resgatados no prazo legal;
- d) Participar e divulgar ao partícipe, no âmbito do MUNICÍPIO, do levantamento e identificação de ações ilegais de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros;
- e) Garantir a segurança de seus agentes e dos usuários do transporte rodoviário intermunicipal de passageiros durante as diligências de fiscalização e repressão.





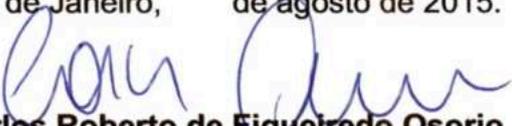
Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Transportes  
Departamento de Transportes Rodoviários

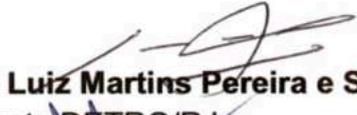
### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro para dirimir quaisquer conflitos oriundos do presente Convênio, com exclusão de qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha ser.

E por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente em 05 (cinco) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas, para que surtam seus efeitos legais.

Rio de Janeiro, de agosto de 2015.

  
**Carlos Roberto de Figueiredo Osorio**  
Secretário de Estado de Transportes

  
**Carlos Luiz Martins Pereira e Souza**  
Presidente DETRO/RJ

  
**Helil Barreto Cardozo**  
Prefeito de Itaboraí

Testemunhas:

  
Nome: Roberto Richter  
CPF: 612-776-577/34

  
Nome: CHRISTIANE CARVALHO  
CPF: 080.616.414-35





Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Transportes  
Departamento de Transportes Rodoviários

#### **CLÁUSULA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO**

O **DETRO**, no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da assinatura deste **Convênio**, providenciará sua publicação, em extrato, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e até o 5º (quinto) dia útil de sua publicação, remeterá cópia deste instrumento ao Tribunal de Contas - **TCE**.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RELAÇÕES TRABALHISTAS E FUNCIONAIS**

Das atividades ora pactuadas não resultarão qualquer vínculo contratual, empregatício ou funcional entre os empregados, servidores e colaboradores de cada um dos **CONVENENTES** e os demais, visto que não haverá alteração de sua subordinação hierárquica. Cada um dos partícipes será isoladamente responsável pelos encargos legais trabalhistas e previdenciários em que incidir.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DA AÇÃO PROMOCIONAL**

Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto deste Convênio será, obrigatoriamente, destacada a participação dos **CONVENENTES**, observado o disposto no Parágrafo Primeiro do art. 37 da Constituição Federal.

#### **CLÁUSULA NONA – DA OMISSÃO**

Diante de eventual omissão, esta será sanada com base na Lei 8.666/93 e nos princípios que regem a Administração Pública.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO**

Em conformidade com o art. 67 da Lei nº. 8.666/93, os servidores abaixo indicados por Portaria, ficam responsáveis pela supervisão, controle e fiscalização da execução do presente instrumento.

No âmbito do **DETRO**:

João Cassimiro Araújo, Matrícula 34/00718-7

No âmbito do **MUNICÍPIO**



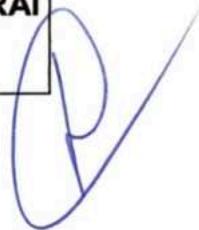
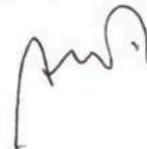
**PLANO DE TRABALHO**  
**(Parte integrante do Convênio de Cooperação DETRO/RJ – MUNICÍPIO DE**  
**ITABORAÍ - (Sem Repasse de Recurso Financeiro)**

**1. DESCRIÇÃO DO PROJETO**

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS – DETRO/RJ, A SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES E O MUNICÍPIO DE ITABORAÍ	Período da Execução	
	Início	Término
	Na data da publicação do convênio.	04 anos da data de publicação.
<b>Identificação do Objeto</b>		
União dos meios materiais e humanos dos CONVENIENTES, com o fito de disciplinar a execução das ações de fiscalização e repressão, visando coibir a operação do transporte rodoviário de passageiros sem a respectiva concessão, permissão ou autorização para o seu funcionamento, através da aplicação de penalidades de trânsito e transporte, nos termos do Artigo 24, do CTB e o Regulamento do Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros do Estado do Rio de Janeiro, e apoio preventivo e repressivo da aludida operação irregular.		
<b>Justificativa da Proposição</b>		
Aumento dos índices de qualidade e segurança relativos aos serviços prestados aos usuários do Sistema Rodoviário de Passageiros no <b>Município de ITABORAÍ</b> decorrente da repressão ao transporte irregular e ilegal.		

**2. PLANO DE APLICAÇÃO:**

Operações de fiscalização isoladas ou em conjunto com disponibilização dos meios mútuos, mediante requisição e dentro das possibilidades momentânea dos partícipes com apoio de Agentes de Fiscalização, Talonários Eletrônicos, Caminhões-Reboques, Pátios de Acautelamento e Processos de Leilões Públicos.





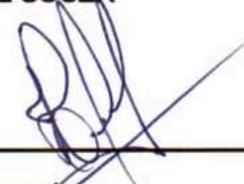
### 3. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO:

Meta	Etapa/ Fase	Especificação	Indicador Físico		Duração	
			Órgão	Periodicidade	Início	Fim
1		<b>Fiscalização do transporte rodoviário de passageiros irregular e/ou ilegal.</b>				
	1	Fornecer recursos materiais necessário para as Operações de Fiscalização.	DETRO Município	Sob demanda	Na data da publicação do convênio.	xx anos após a publicação do convênio.
	2	Realização das diligências de repressão na malha rodoviária urbana.	DETRO Município	Diária		
	3	Levantamento e identificação da exploração irregular e/ou ilegal do transporte de passageiros no Município.	DETRO Município	Contínuo		
	4	Apresentação de Relatórios de Movimentação Estatística das Operações Realizadas.	DETRO Município	Mensal		
5	Planejamento das ações e avaliação dos resultados alcançados e pretendidos.	DETRO Município	Mensal			

  
 João Cassimiro Araujo  
 Diretor Técnico Operacional  
 ID: 4178501-0 DETRO/RJ

Rio de Janeiro, de agosto de 2015.

  
**CARLOS LUIZ MARTINS PEREIRA E SOUZA**  
 PRESIDENTE DETRO/RJ

  
**HELIL BARRETO CARDOZO**  
 PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITABORAÍ



RETIFICAÇÕES D.O. DE 04/05/2015 PÁGINA 31 - 3ª COLUNA EDITAL

CURSO: ENSINO MÉDIO TURMA: 3004 - ANO: 2014

CURSO: NORMAL TURMA DE ORIGEM: 4001 - ANO: 2010

COLEGIO ESTADUAL PROFESSOR FERNANDO ANTONIO RAJA GABAGLIA EDITAIS

O DIRETOR DO COLEGIO ESTADUAL PROFESSOR FERNANDO ANTONIO RAJA GABAGLIA, Regional Metropolitana IV, Município do Rio de Janeiro, nos termos da Resolução SEE nº 1553, de 11/07/90, ratificada no D.O. de 24.07.90, torna público o nome do aluno que concluiu o 2º Grau, neste estabelecimento de ensino

O DIRETOR DO COLEGIO ESTADUAL PROFESSOR FERNANDO ANTONIO RAJA GABAGLIA, Regional Metropolitana IV, Município do Rio de Janeiro, nos termos das Resoluções SEE nº 2349, de 11/12/2000, e nº 2355, de 18.01.2001, torna pública a relação nominal dos alunos que concluíram o Ensino Médio, neste estabelecimento de ensino

TURMA: 3007 - ANO: 2009 01-Juliana Soares da Silva TURMA: 3004 - ANO: 2011 01-Patricia Maciel Zagni Alves

TURMA: NEJA 01 - IV / 2º SEMESTRE - ANO: 2014 01-Ana Cláudia da Silva Barcellos Ferraz 02-Anaíete Ferreira Balzano

TURMA: NEJA 02 - IV / 2º SEMESTRE - ANO: 2014 01-Andréia da Trindade Alves da Silva 02-Caia dos Santos Brasil

O DIRETOR DO COLEGIO ESTADUAL PROFESSOR FERNANDO ANTONIO RAJA GABAGLIA, Regional Metropolitana IV, Município do Rio de Janeiro, nos termos das Resoluções SEE nº 2349, de 11/12/2000, e nº 2355, de 18.01.2001, torna público o nome do aluno que concluiu o Ensino Médio neste estabelecimento de ensino, em regime de dependência no ano letivo de 2013

O DIRETOR DO COLEGIO ESTADUAL PROFESSOR FERNANDO ANTONIO RAJA GABAGLIA, Regional Metropolitana IV, Município do Rio de Janeiro, nos termos das Resoluções SEE nº 2349, de 11/12/2000, e nº 2355, de 18.01.2001, torna pública a relação nominal dos alunos que concluíram o Ensino Médio neste estabelecimento de ensino, em regime de dependência no ano letivo de 2014

O DIRETOR DO COLEGIO ESTADUAL PROFESSOR FERNANDO ANTONIO RAJA GABAGLIA, Regional Metropolitana IV, Município do Rio de Janeiro, nos termos das Resoluções SEE nº 2349, de 11/12/2000, e nº 2355, de 18.01.2001, torna pública a relação nominal dos alunos que concluíram o Ensino Médio neste estabelecimento de ensino, em regime de dependência no ano letivo de 2015

O DIRETOR DO COLEGIO ESTADUAL PROFESSOR FERNANDO ANTONIO RAJA GABAGLIA, Regional Metropolitana IV, Município do Rio de Janeiro, nos termos das Resoluções SEE nº 2349, de 11/12/2000, e nº 2355, de 18.01.2001, torna pública a relação nominal dos alunos que concluíram o Ensino Médio neste estabelecimento de ensino, em regime de dependência no ano letivo de 2015

O DIRETOR DO COLEGIO ESTADUAL PROFESSOR FERNANDO ANTONIO RAJA GABAGLIA, Regional Metropolitana IV, Município do Rio de Janeiro, nos termos das Resoluções SEE nº 2349, de 11/12/2000, e nº 2355, de 18.01.2001, torna pública a relação nominal dos alunos que concluíram o Ensino Médio neste estabelecimento de ensino, em regime de dependência no ano letivo de 2015

CURSO: ENSINO MÉDIO TURMA: 3001 - ANO: 2010 Onde se lê: 02-Isabela Carolina Madeira Timonen Leia-se: 02-Isabela Carolina Madeira Timonen Dias

Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO 'INSTRUMENTO: 4º Termo Aditivo de Supressão ao Contrato n.º 033/2011. MODALIDADE: Registro de Preço. PROCESSO ADMINISTRATIVO: E-20/34 785/2011

OBJETO: Constitui objeto do presente instrumento a prorrogação do prazo de vigência com supressão quantitativa de 34% do Contrato n.º 033/2011, relativo à prestação de serviços contínuos, de serviços técnicos especializados para desenvolvimento de solução integrada para gestão educacional nos centros vocacionais tecnológicos e unidades escolares da FAETEC de forma segura e integrada.

VALOR: R\$ 2.057.063,05 (dois milhões, cinquenta e sete mil e sessenta e três reais e cinco centavos) DATA DE ASSINATURA: 06 de julho de 2015 FUNDAMENTO: art. 57, inciso II, 65, inciso II, ambos da Lei nº 8.666, de 1993. \*Omitido no D.O. de 07/07/2015.

Secretaria de Estado de Transportes

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES COMPANHIA ESTADUAL DE ENGENHARIA DE TRANSPORTES E LOGÍSTICA

AVISO SOLICITAÇÃO DE MANIFESTAÇÕES DE INTERESSE SERVIÇOS DE CONSULTORIA - SELEÇÃO DE FIRMAS AD PET-23-15CIELIC

O GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, representado pela Secretaria de Estado de Transportes - SETRANS e Companhia Estadual de Engenharia de Transportes e Logística - CENTRAL, solicita a Manifestação de Interesse para execução dos Serviços de Auditoria Independente das Empréstimos nº 7719-BR e nº 8117-BR, limitados com o Banco Mundial, para os exercícios de 2015, 2016 e 2017.

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS EXTRATOS DE TERMOS

'INSTRUMENTO: Convênio de Cooperação PARTES: O Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da Secretaria de Estado de Transportes, o Departamento de Transportes Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro - DETRORJ e o Município de Itaboraí.

OBJETO: A União dos meios materiais e humanos dos convenientes, com o fim de disciplinar a execução das ações de fiscalização e repressão, visando sobre a operação do transporte rodoviário de passageiros sem a respectiva concessão, permissão ou autorização para o seu funcionamento, através da aplicação de penalidades de trânsito e transporte, nos termos do art. 24 do CTB e o Regulamento do Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros do Estado do Rio de Janeiro.

PRAZO: 04 (quatro) anos contados da data de sua publicação em edital, podendo ser prorrogado mediante Termos Aditivos a denunciado, mediante comunicação formal, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

PRAZO: 04 (quatro) anos contados da data de sua publicação em edital, podendo ser prorrogado mediante Termos Aditivos a denunciado, mediante comunicação formal, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

PRAZO: 04 (quatro) anos contados da data de sua publicação em edital, podendo ser prorrogado mediante Termos Aditivos a denunciado, mediante comunicação formal, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS EXTRATO DE TERMO

'INSTRUMENTO: Contrato de Adesão para prestação de prestação de serviço público de transporte intermunicipal por veículos de baixa capacidade PARTES: Departamento de Transportes Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro - DETRORJ e o Sr. Decidiano Ramos Pereira.

PRAZO: Prazo único e improrrogável fixado em 24/08/2013, constante na Cláusula Quarta do Contrato DATA DA ASSINATURA: 04/11/2015 FUNDAMENTO: Processo nº E-10/00511403/2015 \*Omitido no D.O. de 12/11/2015.

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS EXTRATO DE TERMO ADITIVO

'INSTRUMENTO: 4º Termo Aditivo de Supressão ao Contrato n.º 011/2011 de Prestação de Serviços de Impressão e Reprografia Corporativa. PARTES: DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - DETRORJ e a EMPRESA COTIPLAN-FORMULÁRIOS CONTÍNUOS LTDA.

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO E TERMINAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO 'INSTRUMENTO: 4º Termo Aditivo de Supressão ao Contrato n.º 033/2011. MODALIDADE: Registro de Preço. PROCESSO ADMINISTRATIVO: E-20/34 785/2011

OBJETO: Constitui objeto do presente instrumento a prorrogação do prazo de vigência com supressão quantitativa de 34% do Contrato n.º 033/2011, relativo à prestação de serviços contínuos, de serviços técnicos especializados para desenvolvimento de solução integrada para gestão educacional nos centros vocacionais tecnológicos e unidades escolares da FAETEC de forma segura e integrada.

Secretaria de Estado do Ambiente

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL Onde se lê: INSTRUMENTO: CONTRATO INEA Nº 34/2015. Leia-se: INSTRUMENTO: CONTRATO INEA Nº 34/2015

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE EDITAL

O INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA nos termos do art. 14, § 4º, da Lei Estadual nº 3.467, de 14/03/2000, tendo em vista a devolução do AR Corrimos dos atos administrativos SUPP-CO/102426 e SUPBGEA/0014413, bem como a recusa do recebimento dos mesmos. Proc. nº E-07/002.5674/2015.

Nome ou Razão Social: ROBERTO CERANTE CNPJ/CPF nº: 014.201.947-04 Endereço: ESTRADA LEOPOLDO FROES, 170 - SAO FRANCISCO - NITERÓI - RJ

Secretaria de Estado de Agricultura e Pecuária

EXTRATOS DE INSTRUMENTOS CONTRATUAIS 'INSTRUMENTO: Contrato de Fomento de Bens nº 27/2015. PARTES: Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da Secretaria de Estado de Agricultura e Pecuária e a CONTEMPORÂNEA COMÉRCIO, SERVIÇOS E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E CAMINHÕES LTDA.

'INSTRUMENTO: Contrato de Fomento de Bens nº 28/2015. PARTES: Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da Secretaria de Estado de Agricultura e Pecuária e a PEREIRA E MARQUES COMÉRCIO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS. OBJETO: Fomento de Peças de Reposição para Máquinas e Caminhões. PRAZO: 12 (doze) meses corridos após publicação do extrato.

'INSTRUMENTO: Contrato de Fomento de Bens nº 29/2015. PARTES: Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da Secretaria de Estado de Agricultura e Pecuária e a MMC AUTOMOTORES DO BRASIL. OBJETO: Aquisição de veículos (Camionete, Veículo Sedan e Veículo Hatch). PRAZO: 12 (doze) meses corridos após publicação do extrato.

'INSTRUMENTO: Contrato de Fomento de Bens nº 30/2015. PARTES: Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da Secretaria de Estado de Agricultura e Pecuária e a RENAULT DO BRASIL. OBJETO: Aquisição de veículos (Camionete, Veículo Sedan e Veículo Hatch). PRAZO: 12 (doze) meses corridos após publicação do extrato.

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Abastecimento e Pesca

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, ABASTECIMENTO E PESCA

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESCA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO EDITAL

'O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESCA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, torna público o resultado da MÉDIA FINAL DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO, promovida pela Comissão Seterial instituída pela Portaria FIPERJ nº 004 de 11 de março de 2015, referente ao período de Estágio Probatório de 05/11/2012 a 04/11/2015, do servidor após aprovação no Estágio Probatório, ficando dessa forma RECONHECIDA A ESTABILIDADE, a partir de 04/11/2015, do servidor do Quadro Permanente da Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro-FIPERJ, abaixo relacionado(s), na forma do art.1º, § 3º, do Decreto nº 43.249 de 24/10/2011.

Table with 2 columns: Extensão, Média Final. Rows: PAULO ROBERTO FONSECA (37,50), GONÇALVES VIANA

Secretaria de Estado de Cultura

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA FUNDAÇÃO TEATRO MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO 'INSTRUMENTO: Quinto Termo Aditivo; PARTES: FTRRJ e o Convênio INFÓVIA II; CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

OBJETO: Constitui objeto do presente instrumento a prorrogação do prazo de vigência do Contrato n.º 18/013/2015, relativo à prestação de serviços relacionados à continuidade operacional da atual INFÓVIA RJ, Rede de Comunicação de Dados do Governo do Estado do Rio de Janeiro, caracterizando a nova rede Governo: INFÓVIA RJ 2.0, REDE IP MULTISERVIÇOS, com fundamento no art. 57, §4º da Lei nº 8.666/93.

Handwritten notes: 9748 15, 27, 26 08 15



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ GOMES GRACIOSA

VOTO GC-1 2749/2016

**PROCESSO:** TCE-RJ Nº 100.895-1/16  
**ORIGEM:** DETRO-DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIARIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**ASSUNTO:** CONVÊNIO

Versam os autos acerca do Convênio, de 31/08/15, celebrado entre o Estado do Rio de Janeiro, por intermédio do Departamento de Transportes Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro - DETRO e Município de Itaboraí, cujo objeto é a união de esforços com o fito de disciplinar a execução das ações de fiscalização e repressão, visando coibir a operação do transporte rodoviário de passageiros sem a respectiva concessão, permissão ou autorização para seu funcionamento, pelo prazo de 04 (anos).

O Corpo Instrutivo, após exame realizado às fls. 09/11, sugere o Conhecimento do Convênio, cumprimento de Determinação e o Arquivamento do processo.

O Ministério Público Especial, representado pelo Procurador Sergio Paulo de Abreu Martins Teixeira, manifesta-se, à fls. 12, em idêntico sentido.

**É o Relatório.**

Dos elementos constantes dos autos, é possível concluir que, durante o trato sob exame, foram observados os comandos legais inerentes as contratações administrativas, afigurando-se coerente, ante a ausência de falhas substanciais que desabonem a sua regularidade, que esta Corte o Conheça.

Outrossim, objetivando aprimorar a realização de auditorias futuras, cumpre-me determinar ao jurisdicionado que, em casos análogos, proceda o encaminhamento do Parecer elaborado por sua assessoria jurídica.

Deste modo, manifestando-me de acordo com o Corpo Instrutivo e com o Douto Ministério Público Especial,

**VOTO:**

I - Pelo **CONHECIMENTO** do Convênio;



II - Pela **COMUNICAÇÃO** ao atual Presidente do Departamento de Transportes Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro - DETRO, na forma prevista pela Lei Orgânica deste Tribunal em vigor, para que adote as medidas necessárias ao cumprimento da **DETERMINAÇÃO** indicada na Fundamentação;

III - Pelo **ARQUIVAMENTO** do processo.

GC-1, de de 2016.

**JOSÉ GOMES GRACIOSA**  
Conselheiro-Relator

